



DESENVOLVIMENTO RURAL EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO: o caso do Terra Bela

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula¹
Juliana Gonçalves Castro²

Resumo: Tomando como base os conceitos e categorias do campo de conhecimento *Desenvolvimento Rural*, o artigo busca compreender a realidade socioeconômica e produtiva do Assentamento Terra Bela; sua inserção na estrutura produtiva do município de Buriticupu; a estrutura organizacional e ações coletivas dos assentados; as potencialidades e os entraves ao desenvolvimento do respectivo assentamento. Para tal investigação e apreensão da realidade, realiza revisões bibliográficas em fontes primárias e secundárias, entrevistas semiestruturadas e conversas aleatórias com os assentados. Conclui que o assentamento se encontra em uma realidade estrutural de concentração fundiária, no qual as famílias buscam pela sobrevivência, e apesar de tudo subsiste; sobreleva-se a necessidade de uma organização dessas famílias para que enfrentem a ótica vigente do contexto em que estão inseridas.

Palavras-chave: Economia agrária; desenvolvimento rural; Maranhão; assentamentos; reforma agrária.

RURAL DEVELOPMENT IN AGRARIAN REFORM SETTLES IN MARANHÃO: the case of Terra Bela

Abstract: Taking as a basis the concepts and categories of the Rural Development field of knowledge, we sought to understand the socioeconomic and productive reality of the Terra Bela Settlement; its insertion into the productive structure of the municipality of Buriticupu; the organizational structure and collective actions of the settlers; the potential and obstacles to the development of the respective settlement. For such investigation and apprehension of reality, the concepts and categories of the Rural Development field of knowledge were adopted. Bibliographic reviews were carried out on primary and secondary sources, semi-structured interviews and random conversations were carried out with the settlers. We conclude that the settlement is in a structural reality of land concentration, in which families seek to survive, and despite everything it survives; the need for an organization of these families is highlighted so that they can face the current perspective of the context in which they are inserted.

Keywords: Agrarian economy; rural development; Maranhao; settlements; land reform.

Artigo recebido em: 06/01/2023 Aprovado em: 01/11/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n2.2023.48>

¹ Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisador-Líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq Economia Regional Aplicada (ERA). Pesquisador do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq Grupo de Estudos em Economia Política e História Econômica (GEEPHE). E-mail: ricardo.zimbrao@gmail.com

² Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão (2015), mestranda em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: juli37997@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é compreender a realidade socioeconômica e produtiva do Assentamento Terra Bela, nessa perspectiva se faz relevante refletir sobre a categoria *assentamento de reforma agrária*¹, que é definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), como um conjunto de unidades agrícolas, instaladas em um imóvel rural, destinada a famílias de agricultores sem condições econômicas de acessar a terra².

O Assentamento Terra Bela³, situado no município de Buriticupu, estado do Maranhão, nos termos da Lei 8.629/93⁴ e sua política de reforma agrária, foi fundado em 02/08/1995, de acordo com os documentos oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁵. A sua estrutura fundiária contabiliza uma área total de 11.553 hectares e capacidade total de 380 famílias assentadas. Em 2001 foram tituladas 192 famílias; e, em 2017 havia 329 famílias vivendo no respectivo assentamento.

Geograficamente, a localização do Assentamento Terra Bela abrange a seguinte área de localização: seu perímetro estende-se por 12,6 km na margem direita da BR-222, no sentido Santa Luzia/Açailândia, indo até o encontro dessa rodovia com o rio Buriticupu. Daquele ponto, segue por 15 km até a confluência desse rio com o Pindaré, onde percorre pela sua margem direita por mais 5,8 km, para em seguida retornar ao ponto inicial na BR-222, numa distância de 22,6 km, limitando-se com terras de outro Assentamento, denominado Lago Azul. Junto ao rio Pindaré, a Terra Bela tem ainda sua área entrecortada pela ferrovia Ponta da Madeira/Carajás, a qual foi duplicada, e cuja obra foi concluída em 2018.

Segundo Silva (1997), a história do assentamento remonta antes da sua data de fundação⁶. A ocupação da fazenda Terra Bela ocorreu em meados de 1988. Tal movimento traduziu-se num episódio violento, contando-se com mortes, fruto de confronto entre trabalhadores e capangas da fazenda.

Na ótica desse contexto adverso vivenciado nesse princípio da ocupação é significativo contemplar que se constitui como um dos momentos mais difíceis, intrínseco, que traz o simbolismo da ruptura da condição de sobrantes na sociedade para a de sujeitos de direitos, ou seja, são pessoas que reconhecem que têm direitos e decidem lutar por eles. Não é simplesmente um aglomerado de pessoas, mas é a expressão de convicção de que a vitória sobre a pobreza é possível. A esperança nessa vitória é o que os move a resistir à expropriação.

Contudo, o assentamento ainda carece de infraestrutura física e social e, principalmente, assistência técnica e educacional que possam colocá-lo numa trajetória de desenvolvimento sustentado e sustentável. Desse modo, para compreender a realidade, os desafios e as estratégias de

desenvolvimento do respectivo assentamento, buscaram-se os conceitos e categorias do campo de conhecimento *Desenvolvimento Rural*.

O estudo se dividiu na seguinte forma, a saber: na primeira seção, expôs-se o escopo teórico baseado no campo de conhecimento do *desenvolvimento rural* e seus aspectos metodológicos. Na segunda seção, analisou-se o território em que o assentamento está inserido e seu perfil socioprodutivo; ou seja, o município de Buriticupu. Na terceira seção expôs-se a realidade socioeconômica e ambiental do respectivo assentamento, a partir da pesquisa de campo, realizada em outubro de 2022. Por fim, apresentou-se à guisa de conclusão, o principal problema enfrentado pelo Assentamento Terra Bela, qual seja, a concentração fundiária.

2 O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E SEUS ASPECTOS METODOLÓGICOS

Desenvolvimento Rural é um campo transdisciplinar, em que demografia, economia, sociologia, antropologia, geografia, história, direito, engenharias agrônoma e ambiental, que, ao fundar campos interdisciplinares em suas respectivas ciências, tendo o mundo rural como protagonista (economia rural, sociologia rural, história rural, geografia rural etc.), passaram a interagir, formando múltiplos enfoques. Isso, por sua vez, enriqueceu sua própria definição.

É importante ressaltar que, no contexto brasileiro, a definição de *desenvolvimento rural*, de acordo com Delgado (2001), foi sofrendo modificações ao longo do tempo⁷. Como suporte teórico do estudo, utilizaremos o enfoque de *desenvolvimento rural* considerando as multifunções e os multissetoriais que existem nesse espaço, condicionando-o a uma série de fatores, o que, por sua vez, revela-o, como um conceito multidimensional (ABRAMOVAY, 2000, 2003; KAGEYAMA, 2004; FAVARETO, 2006).

Em outros termos, a definição de *desenvolvimento rural* está diretamente vinculada à noção do meio rural como um espaço multissetorial, envolvendo atividades agrícolas, não agrícolas e outras, bem como multifuncional, exercendo papéis de produção, ambiental, ecológico e social (SCHNEIDER; CONTERATO, 2006).

Ao se apreender essa nova realidade do meio rural, pode-se definir o conceito de *desenvolvimento rural* aplicado a esses estudos, como *um conjunto de práticas e ações que buscam reduzir a pobreza no meio rural, visando estimular um processo de participação que empodera os habitantes rurais, possibilitando que eles sejam capazes de controlar e definir suas prioridades para efetivar mudanças* (ELLIS; BIGGS, 2001; p. 443).

Ou seja, buscar alternativas que não visem apenas o incremento econômico (atividades agrícolas e não agrícolas), mas acima disso, tenha como meta a garantia da reprodução social e

cultural, por meio de iniciativas e medidas de transformação (Ibid. Ibidem). Desse modo, o estudo com foco no *desenvolvimento rural* passa pela articulação dos ambientes sociais, econômicos, ambientais e institucionais, de forma a expor a realidade concreta daquele território, a qual subsidia a produção de políticas públicas em direção à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

Em suma, para compor esse estudo, dentro do campo de conhecimento *Desenvolvimento Rural*, adotaram-se os seguintes fatores condicionantes para a análise da realidade socioeconômica e produtiva do Assentamento Terra Bela e seus desafios: a *dimensão econômica*, por meio da análise da produção agropecuária, suas técnicas, sistemas produtivos e seus rendimentos; a *dimensão social*, por meio do acesso à infraestrutura física (comunicação, transporte, energia) e social (educação, saúde e lazer); e, a *dimensão institucional*, por meio da análise das relações entre o assentamento e os poderes públicos (municipal, estadual e federal), sindicato rural e agentes privados. Dentro dessa dimensão, é possível identificar o acesso ao crédito e como os habitantes do assentamento se organizam para planejar suas estratégias coletivas (ampliação da produção, acessos aos mercados, inserção em redes de negócios, acesso às infraestruturas físicas e sociais).

3 TERRA BELA NO CONTEXTO DO MUNICÍPIO DE BURITICUPU

O município de Buriticupu, conforme estimativa populacional do IBGE, em 2021 possuía uma população total de 73.595 pessoas, compreendendo uma área de 2.544,857 km² (IBGE, 2021) cujos limites com outras municipalidades abrange: Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Amarante do Maranhão e Santa Luzia. Sua história está entrelaçada, de um lado com a abertura da fronteira agrícola para empresas que passaram a explorar, principalmente, madeira em seu território, além da pecuária extensiva; de outro, com os projetos de colonização para assentamento de trabalhadores rurais, organizados pelo governo estadual, desde a década de 1970. Até 1994, Buriticupu era um povoado vinculado ao município de Santa Luiza; quando se emancipou, instalou sua prefeitura, definitivamente, em 1997.

Na verdade, sua emancipação tem uma relação estreita com o assentamento Terra Bela, pois uma parte do imóvel que margeia a BR-222, no sentido Santa Luzia/Açailândia, foi cedida ao município, transformando-se na área urbana daquele assentamento, na qual foi assegurado a cada família assentada na zona rural o direito a um lote urbano. Desse modo, a sede do assentamento, como denomina os assentados, tornou-se o bairro Terra Bela, ampliando, assim, o perímetro urbano do município, permitindo, com isso, a expansão das atividades de comércio, serviços (públicos e privados) e indústrias de transformação.

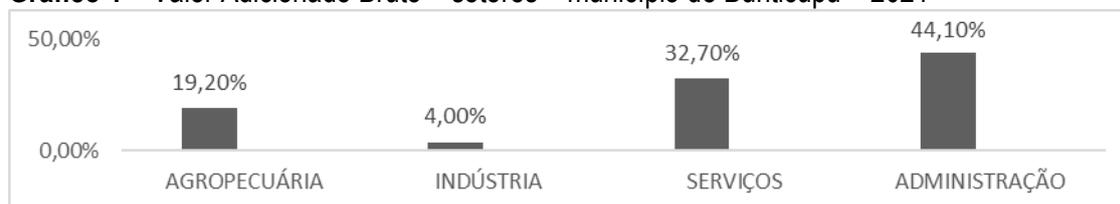
Esse território encontra-se desde meados da primeira década do século XXI, inserido na Nova Fronteira Agrícola brasileira, denominada de MATOPIBA, um acrônimo para a siglas dos principais estados que compõem essa nova fronteira (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Na verdade, essa fronteira foi aberta na década de 1980, especialmente para o cultivo de grãos. Desde 2015, quando foi oficializada por Decreto Presidencial (DECRETO N. – 8.447, DE 6 DE MAIO DE 2015), que institucionalizou o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu Comitê Gestor, deu-se sua delimitação geográfica, composta por 337 municípios em 31 microrregiões e 73 milhões de hectares (MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014; EMBRAPA, 2015).

A principal dimensão que se tem que observar no respectivo município é o Valor Adicionado Bruto (VAB); isto é, o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em determinado território (seja nação, estado ou município). A soma dos VAB's setoriais e dos impostos constituem a principal medida do tamanho total de uma economia; ou seja, seu Produto Interno Bruto (PIB).

Desse modo, o VAB do município de Buriticupu, em 2021, compôs-se conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Valor Adicionado Bruto – setores – município de Buriticupu – 2021



Fonte: IBGE. Dados Municipais: www.ibge@idades.gov.br.

Como exposto no Gráfico 1, o município de Buriticupu, como a grande maioria das municipalidades maranhenses, tem na administração pública sua principal atividade, devido principalmente, seus serviços gerarem efeitos multiplicadores na zona urbana e por pagar melhores salários. Mesmo nos municípios polos (Região Imediata e Região Intermediária), tais como Açailândia e Imperatriz, acabam por também apresentarem grande participação do setor público no VAB, pois concentram os serviços das instâncias Estadual e Federal, a exemplo de hospitais de média e alta complexidade, agências financeiras e demais serviços públicos. Portanto, a participação percentual de 44,10% da administração pública no VAB de Buriticupu se encontra na média das municipalidades maranhenses.

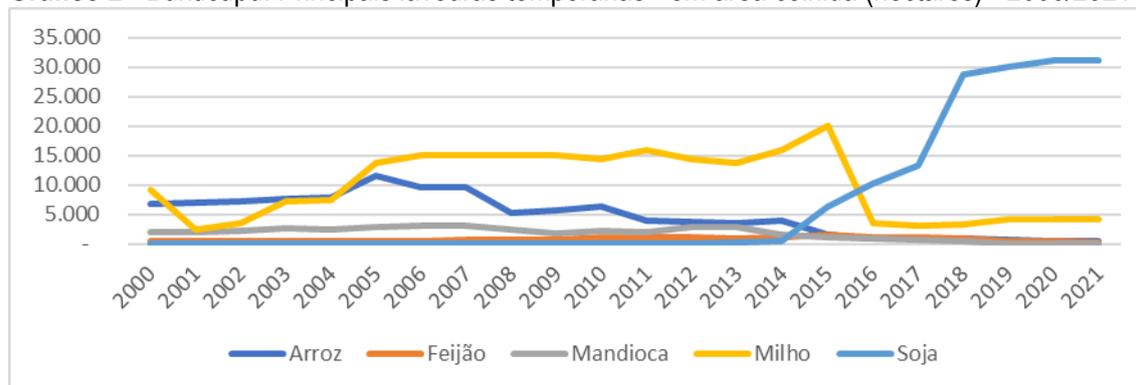
Contudo, o que merece atenção são os dados correspondentes da agropecuária (19,20%) e a indústria de transformação (4,00%), já que tais atividades são, de fato, as que possuem capacidades transformadoras na geração de riqueza, emprego e renda. Ou seja, tais dados mostram que a estratégia de desenvolvimento do município passa por integrar essas duas atividades, de modo

que a agroindústria seja o motor do crescimento econômico municipal, sempre levando em consideração a sustentabilidade ambiental e a articulação produtiva dos assentamentos de reforma agrária com as empresas. Todavia, a realidade daquele município para tal integração ainda está muito longe e os desafios são muitos.

Assim, como a indústria de transformação contribui muito pouco para o VAB municipal, foca-se no perfil socioprodutivo da agropecuária. Em primeiro lugar, há que se afirmar que a produção agrícola do município se assenta na lavoura temporária, particularmente, na produção de soja. Pelos dados extraídos do Censo Agropecuário de 2017, a estrutura de produção agrícola do município de Buriticupu possuía 98% de sua área produzida dedicada à lavoura temporária e apenas 2% voltada para lavoura permanente.

As principais culturas produzidas na lavoura temporária são: a soja, o milho, o arroz, a mandioca e o feijão. No Gráfico 2 pode-se observar a trajetória dessas culturas, em que nitidamente a sojicultura vem se consolidando, desde 2015, como a principal atividade agrícola do município, enquanto o milho, o arroz, a mandioca e o feijão demonstram queda em suas respectivas produções.

Gráfico 2 - Buriticupu: Principais lavouras temporárias - em área colhida (hectares) - 2000/2021



Fonte: DATAIMESC. <http://dataimesc.imesc.ma.gov.br/series/29/show>.

O que se pode concluir, a partir da análise do Gráfico 2, é que a produção agrícola no município de Buriticupu vem substituindo culturas voltadas para o abastecimento interno pela cultura da soja, cujos preços estão dolarizados, e, portanto, inseridos no mercado internacional.

Essa tendência impacta também a lavoura permanente, que, como se viu, participa apenas com 2% da área produzida no município. Na verdade, ao observar a cultura da soja, pode-se também apreender o movimento de concentração fundiária que acompanha historicamente as fronteiras agrícolas abertas e em expansão.

Por fim, a utilização das terras segundo os estabelecimentos e a área, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Buriticupu: Utilização das Terras segundo os Estabelecimentos e a Área (há) – 2017

Utilização das Terras	Estabelecimentos	Área
Lavoura Temporária	377	23.253
Lavoura Permanente	123	544
Pastagens Naturais	288	12.722
Pastagens em boas condições	500	34.817
Pastagens em más condições	384	13.200
Matas ou Florestas Naturais	59	1.217
Matas ou Florestas destinadas à preservação permanente ou reserva legal	215	9.391
Florestas Plantadas	2	0

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 2017.

O que se pode apreender do Quadro 1, é que a pecuária ocupa grande parte das áreas dos estabelecimentos agropecuários, seguido da lavoura temporária, cuja principal cultura é a soja.

A pecuária no município de Buriticupu, assim como nos municípios localizados na região imediata de Açailândia e toda a região intermediária de Imperatriz notabilizam-se por altos rebanhos, que, além de uma evidência histórica do seu papel na abertura da fronteira agrícola, como no contexto do MATOPIBA, continua a crescer ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Isso se explica pelo lugar que o Brasil ocupa no mercado internacional de proteína animal. Desse modo, grandes empreendimentos rurais, especializados em grãos e criações de gado bovino fazem avançar a fronteira agrícola, que se articula com a base exportadora do país.

Na pesquisa de campo, pôde-se formular a seguinte hipótese, por meio da análise do passado dos territórios estudados, o município de Buriticupu, e, em particular, o Assentamento Terra Bela, e do cotejo com os dados do IBGE e do DATAIMESC. Ou seja, empresas agrícolas, voltadas para produção em larga escala e direcionadas ao mercado externo, vêm concentrando terras e determinando a produção agrícola através da sojicultura e pecuária extensiva. Isso, por sua vez, está impactando os assentamentos de reforma agrária, a partir da conversão das terras tituladas, que são ou compradas ou arrendadas para aquelas respectivas atividades. Tal realidade não é nenhuma novidade e constitui uma tendência no Maranhão, desde a década de 1970, como atestam os trabalhos de Silva (1997), Mesquita (2006), Mesquita e Paula (2008) Mesquita, Paula e Silva (2009).

Ou seja, o corolário desses estudos, é que a trajetória do desenvolvimento socioeconômico do Maranhão, particularmente, a partir do Regime Militar instaurado em 1964, só pode ser compreendido pela perspectiva de uma *modernização conservadora*, em que o capitalismo e sua forma de organização empresarial mais moderna, as empresas oligopólicas foram penetrando no

interior do estado, com incentivos fiscais governamentais, de modo a explorar as terras de acordo com as demandas do mercado internacional e, no contexto do processo de industrialização brasileiro até 1985, ofertando matérias primas e insumos para a estrutura industrial nacional.

Na verdade, a principal característica da *modernização conservadora* no Maranhão, encontra-se, a partir da década de 1970, quando se iniciou a fase dos grandes projetos, a exemplo do Projeto Grande Carajás, que, sobrepondo-se à base da pecuária extensiva e da economia camponesa tradicional, fixou os contornos socioeconômicos do estado, com reflexos no século XXI (HOLANDA, 2009; PAULA; HOLANDA, 2011).

Ao final da década de 1970 uma nova frente de ocupação econômica se delineou, com o avanço da agricultura graneleira mecanizada (principalmente soja, mas também milho, arroz e algodão) no sul do estado, a partir da região de Balsas. Ao final da década de 1980 teve lugar novo avanço de um segundo polo de agricultura graneleira mecanizada, agora na região leste do estado (nas microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba).

Em resumo, desde a década de 1990, a trajetória do desenvolvimento maranhense se assentou nos produtos do complexo minero-metalúrgico e na soja, nos quais constituíram, desde então, nos responsáveis pela reinserção do Maranhão no mercado externo; não obstante, contribuindo pouco para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentado e sustentável. A fronteira do MATOPIBA, a partir de 2006, só fez reforçar esse modelo de desenvolvimento, cuja realidade se ancora na centralização do capital e na concentração fundiária, homogeneizando os processos de valorização do capital e excluindo as populações camponesas e tradicionais e suas formas de produção.

Essa realidade está impactando negativamente o Assentamento Terra Bela, de modo que a expansão da soja e da pecuária extensiva vem bloqueando qualquer experiência de um desenvolvimento rural sustentado e sustentável. Isso pode ser evidenciado no próximo tópico do estudo.

4 REALIDADE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL E OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO TERRA BELA

Como esse é um estudo de caso, a principal preocupação foi apreender a realidade presente, por meio de seu passado e as interações econômicas, sociais, políticas e culturais do objeto pesquisado. Na literatura especializada em metodologias científicas, os estudos de caso partem da visão holística, isto é, analisa o objeto de forma panorâmica, tentando abarcar a totalidade dos ciclos de vida da unidade pesquisada, em que todos os elementos estão inter-relacionados. Em resumo,

baseia-se em uma variedade de fontes de informação, e procura englobar os diferentes pontos de vista presentes numa situação (GRESSLER, 2003, p., 55).

É importante ressaltar, também, que como toda pesquisa de campo, a abordagem central é qualitativa, e, portanto, o procedimento adotado, foi realizar reuniões e rodas de conversas com os principais atores envolvidos nas tomadas de decisões coletivas do Assentamento, principalmente as lideranças da Associação dos Agricultores do Terra Bela (AATB); as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), do município de Buriticupu; os técnicos do INCRA que estavam em missão de trabalho, também, no período da pesquisa; e, rodas de conversas com os assentados ao longo do percurso nos povoados.

As reuniões e conversas seguiram um roteiro predeterminado, de modo a compreender a realidade do respectivo assentamento dentro do escopo teórico do *desenvolvimento rural*. Assim, o roteiro foi estruturado em três dimensões: produtiva, social e institucional.

Para melhor compreensão da realidade e os desafios do Assentamento Terra Bela, dividiu-se essa seção em três tópicos, sempre dialogando com as dimensões estabelecidas no roteiro das conversas. No primeiro, fez-se uma descrição do território atual, isto é, os povoados que compõem o assentamento Terra Bela. No segundo tópico, abordaram-se os impactos socioambientais percebidos na respectiva pesquisa. No terceiro, fez-se uma análise da organização socioprodutiva e as relações institucionais do assentamento com os principais atores institucionais, aos quais se relacionam.

4.1 Os povoados

O Assentamento Terra Bela está distribuído em cinco povoados: Sede urbana, onde o assentamento se iniciou; Piçarreira, que se situa na estrada entre a sede urbana e os demais povoados rurais; Vila São Francisco, Novo Horizonte e Casa Azul. O que mais chamou atenção na pesquisa de campo, foi a heterogeneidade territorial do respectivo assentamento. O que se está denominando de Sede urbana é um local que já se integrou à cidade de Buriticupu, configurando-se um bairro pleno e estruturado; com escolas, Unidades Integradas, Hospital Maternidade, academias, variedades de comércio e serviços, tudo que um bairro próximo ao centro de uma cidade possui.

Já o povoado Piçarreira está na faixa de transição entre a Sede urbana e a Vila São Francisco. Na verdade, constatou-se que Piçarreira não é um povoado com um núcleo (sede, casas e infraestrutura); e sim, uma zona rural distribuída em lotes de produção agrícola e com as casas nos respectivos lotes, margeando a estrada que vai até a Vila São Francisco (Acampamento). A maioria dos assentados dali, ou vivem na sede urbana ou na Vila São Francisco, mas há casas em que os moradores vivem permanentemente.

Os demais povoados são, de fato, assentamentos com núcleos rurais; isto é, Vila São Francisco, Novo Horizonte e Casa Azul. Contudo, entre esses também existe uma heterogeneidade territorial, já que a infraestrutura física e social apresenta certas disparidades.

O povoado Novo Horizonte e Casa Azul encontram-se isolados dos demais povoados. As estradas possuem péssimas condições e somente se chega lá com carros traçados 4x4. A principal infraestrutura social que existe lá, é a escola municipal, que oferta ensino até o nono ano.

Por fim, a Vila São Francisco, ou Acampamento, evidenciou-se a mais estruturada. Na verdade, o povoado é o núcleo rural do assentamento. Entendendo esse, como o lugar em que os demais convergem para atendimento dos serviços públicos, notadamente, atendimento ao posto básico de saúde. Claro está que, em todos eles, há sinais de internet, energia elétrica, água potável, escolas e igrejas. Mas, a Vila São Francisco é a única que tem posto de saúde, centros recreativos, sinal de internet mais forte e telefonia. Ademais, das zonas rurais, excetuando Piçarreira que liga à sede, a Vila São Francisco é a mais próxima do centro de Buriticupu, em que pesem os percalços de locomoção, já que a estrada é muito ruim.

Ademais, sobre essas diferenças dos espaços no Terra Bela, observamos que um assentamento de reforma agrária é constituído de complexas inter-relações sociais, econômicas e culturais, que configuram um ambiente marcado por assimetrias e relações de poder, no qual, os fatores ligados às diferentes posições no espaço social medem a situação dos indivíduos em termos de vantagens relativas no quadro de relações econômicas, sociais e culturais, constituindo hierarquias e desigualdades.

O que se pode depreender da visita *in loco* no Assentamento Terra Bela, é que, no que toca exclusivamente aos povoados rurais, suas infraestruturas físicas e sociais são básicas, mas muito precárias, especialmente, quando se trata de transporte, comunicação e lazer. Quanto aos dois primeiros, isso impacta negativamente na mobilidade, na educação e no acesso à cultura. Não tem transporte coletivo e o traslado ao mundo exterior se faz por meio de motocicletas e carros de terceiros.

4.2 Os impactos socioambientais

Nas reuniões, rodas de conversa com os assentados e lideranças, o tema dos impactos socioambientais foi tratado de forma muito contundente por eles. Dentro desse contexto, percebeu-se que muitos dos obstáculos ao desenvolvimento do assentamento são em decorrência desses impactos. O principal dele é a infraestrutura de estradas de acesso. Elas são muito ruins. No inverno é

intrafegável, devido às chuvas e aos alagamentos; no verão, é intrafegável devido a muita poeira. O principal meio de locomoção dos assentados é a motocicleta.

Outro apontamento destacado por eles foram os impactos pela utilização de defensivos agrícolas na agricultura empresarial, os quais estão contaminando as roças, a água, as pessoas e os animais. Um agricultor que vive no assentamento desde sua fundação relatou que tentou introduzir a cultura da melancia em seu lote e que essa não vingou, devido a contaminação do solo e da água. Ele acabou tendo prejuízo financeiro, pois investiu em equipamentos de irrigação, além das sementes. Outro relato, também de um agricultor que vive desde a fundação do assentamento, diz respeito à introdução da cultura do caju, que também não foi para frente, devido aos impactos ambientais dos defensivos agrícolas.

Na verdade, o assentamento está cercado por todos os lados por grandes fazendas. Os conflitos entre os assentados, voltados para agricultura familiar e a agricultura empresarial se fazem presentes, na medida em que há pressões para que as terras do assentamento sejam arrendadas ou vendidas (no caso dos titulados), para serem incorporadas às culturas agroindustriais e exportadoras.

Tal pressão é evidenciada quando se percorreu o interior do assentamento Terra Bela, a partir da estrada da Vale. Muitos beneficiários que possuem lotes nas fronteiras do assentamento, acabam por vender ou arrendar suas terras ao plantio de grãos. A situação mais complicada está nos limites do assentamento com outro denominado Lago Azul. Nesses limites, foi identificado que são grandes plantações em terrenos altos e que os defensivos agrícolas afetam a água e as terras mais baixas.

Na visita ao povoado Casa Azul, foi constatado que ele está isolado e sofreu impactos da duplicação da ferrovia Carajás, promovido pela Vale. A principal alegação é que a obra da Vale obstruiu o acesso da população ao rio Pindaré, fonte de segurança alimentar, devido a pesca. Outra questão preocupante posta pela população, foi a poeira levantada pelos caminhões e veículos pesados que passam pela estrada, tornando-a intransitável para aqueles que utilizam motocicletas, principal meio de locomoção dos assentados.

Na verdade, o que a equipe da pesquisa de campo observou, foi que, não obstante o problema da poeira na estrada feita pela Vale, a principal obstrução, que de fato, isola aquele povoado, são as estradas no interior do assentamento e a parte da estrada, que é do assentamento ligando a estrada da Vale. Essa é uma subida, que em determinados trechos, é quase íngreme e que em épocas de chuva isola totalmente o povoado. Mesmo no tempo seco, a subida é bastante difícil, devido a terra fofa e sua largura estreita.

Já no povoado Piçarreira, foi alegado que os para raios das torres de transmissão da Eletronorte estão soltando faísca e provocando choques elétricos e queimaduras nas pessoas.

O que se pôde depreender, é que há correlação entre infraestrutura precária, notadamente, transporte, e os impactos ambientais produzidos pelos despeixos nas construções públicas, em particular, as estradas no interior do assentamento, que seriam de responsabilidade do INCRA.

Desse modo, percebeu-se uma causalidade circular, em que a precária infraestrutura afeta as atividades agropecuárias, que por sua vez, dado os relatos dos assentados, vem caindo a produção, notadamente, de arroz, feijão e mandioca, as principais culturas produzidas nos povoados que compõem o Assentamento Terra Bela, cujas evidências foram atestadas nos dados agregados na seção anterior.

Em contrapartida, os lotes nas bordas do assentamento acabam se valorizando, especialmente, aqueles próximos às estradas e rodovias, o que provoca conflitos sociais, por meio da pressão da agricultura empresarial sobre a agricultura familiar. Na verdade, o que se percebeu, na pesquisa de campo, é uma concentração fundiária dentro do Assentamento Terra Bela.

Outrossim, o que desvela no contexto do Terra Bela é a constituição de um território que apresenta duas vertentes ideológicas antagônicas, que se expressam nitidamente no meio físico, na infraestrutura gerando os conflitos. Expressão da problemática manifestada na questão agrária da sociedade brasileira que se relaciona essencialmente à propriedade desigual e, conseqüentemente, à concentração da estrutura fundiária, dando ao território uma conflitualidade. Porém, mesmo diante de limitações estruturais os trabalhadores permanecem no seu espaço de moradia, sobrevivência e produzindo.

4.3 A organização social e as relações institucionais

Esse tópico é resultado das reuniões, rodadas de conversas e entrevistas que a equipe da pesquisa de campo fez com os assentados, as lideranças do assentamento e do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do município de Buriticupu. Foca-se, contudo, em apenas duas dimensões, a saber: *dimensão produtiva* e *dimensão organizacional/institucional*.

No que toca à dimensão produtiva, o que se pode afirmar é que os assentados têm como principal sistema de cultivo, a prática de plantar em linhas pareadas, mas sem qualquer maquinário para auxiliar nos cultivos. De acordo com os relatos, a agricultura praticada é baseada nas tradições dos antepassados dos assentados, com pouca ou nenhuma ajuda tecnológica. Um ou outro produtor relatou que, ao tentar introduzir uma cultura nova, investiu em equipamentos de irrigação, para dar suporte à plantação. Mas, no geral, o que foi percebido, é um sistema de cultivo manual, operando com equipamentos básicos (enxadas, enxadões, pás, machados, picaretas).

Cotejando os relatos dos assentados com a pesquisa de Silva (1997), concluiu-se que não houve avanço nos sistemas de cultivos e trato com a terra. Isto é, predomina a plantação de forma consorciada, cultivando-se, no mesmo terreno e na mesma safra, diferentes culturas, notadamente, arroz e milho; com as mesmas técnicas utilizadas há quarenta, cinquenta anos atrás.

E como já alertava aquele autor, os resultados obtidos a partir de tais procedimentos apresentam alguns aspectos que, além de trazerem implicações prejudiciais aos ecossistemas locais, tendem a contribuir para a reprodução da precariedade das condições de sobrevivência dos próprios produtores (SILVA, 1997, p. 143).

No geral, pode-se inferir que a produtividade da agricultura é muito baixa. De acordo com os relatos, a produção agrícola do assentamento vem caindo nos últimos anos, não obstante, em suas afirmações, muito devido aos impactos ambientais apontados anteriormente. Contudo, também pode-se computar nessa queda, o próprio modo de se produzir. As principais culturas cultivadas no assentamento são a mandioca, o arroz, o feijão e o milho. Como já foi mencionado, a soja vem se tornando uma cultura dominante nos limites do assentamento, especialmente, na fronteira com o assentamento Lago Azul.

Foi constatado que no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) têm equipamentos agrícolas como tratores e outros; todavia, a liderança afirmou que só disponibiliza mediante a solicitação dos assentados. Quando é feita, cobram uma taxa de manutenção do equipamento.

A baixa produtividade da agricultura afeta o acesso aos mercados, pelo lado da produção. Verificou-se que o principal mercado para o escoamento da produção do assentamento Terra Bela, é o mercado municipal de Buriticupu. Há também, as feiras estabelecidas, especialmente na sede urbana do respectivo assentamento. A menor escala de produção e a baixa produtividade, impactam nas possibilidades de beneficiamento e industrialização da produção agrícola, e, portanto, na ampliação dos mercados.

Foi constatado que a grande maioria da população que vive permanentemente nos povoados rurais, entre 70% e 80% dependem efetivamente, para ter acesso à renda monetária, de programas assistenciais do governo federal (Bolsa Família, Auxílio Brasil e Benefício de Prestação Continuada), além, é claro, das aposentadorias dos idosos.

Com efeito, essa estrutura agrícola de baixo excedente dificulta parcerias institucionais entre o assentamento, o STTR e empresas privadas com demandas de produção agroindustriais. A própria liderança do respectivo sindicato afirmou que não há parcerias no que tange à melhoria técnica, voltada para a agroindustrialização, pois a baixa produção do assentamento não permite esse engajamento.

Fechando a dimensão produtiva, foi abordado o tema pluriatividade, um conceito no campo do desenvolvimento rural que nos auxilia a analisar o incremento da renda dos agricultores familiares. Tal conceito está ligado ao artesanato, ao turismo ambiental e diversas atividades exclusivas à produção agropecuária. Foi constatada a inexistência dessas atividades no assentamento Terra Bela.

Algumas informações contidas nesses relatos permitem identificar a persistência de graves problemas sociais ainda sem equacionamento. Isso reafirma que “a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social – saúde, educação, transporte, moradia – e produtiva – terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial (BERGAMASCO; NORDER, 1996). Os problemas fundiários vão muito além do âmbito legal, gerando custos sociais, econômicos e ambientais, violência no campo, mau funcionamento de mercados de terra e desmatamento ilegal são exemplos desses efeitos colaterais.

Por fim, a dimensão organizacional e institucional. Nessa, o objetivo foi captar como o assentamento se organiza de forma coletiva para planejar sua produção, acesso aos mercados, bem como suas relações institucionais com o INCRA, o STTR, poderes públicos e empresas privadas.

Como a parte educacional nos chamou a atenção, partiu-se desse tema. O que foi observado na pesquisa de campo, é que a sede do assentamento, o bairro Terra Bela, está bem assistido em escolas e no centro de Buriticupu, do outro lado da rodovia, existe uma escola agrícola. Acontece que, quando se percorre a zona rural do assentamento, parece que a realidade é outra. É como se a infraestrutura social da sede urbana fosse algo muito difícil de ser alcançado pelos habitantes rurais. De fato, existe o problema de mobilidade e estradas ruins.

Na verdade, quando perguntado às lideranças e alguns assentados presentes nas reuniões e entrevistas, sobre assistência técnica, cursos de capacitação, articulação para logística de escoamento da produção, acesso ao crédito, enfim, todos esses temas caros à organização coletiva dos assentamentos e nexos de articulação institucionais com as demais entidades e instituições relevantes para as demandas dos assentamentos de reforma agrária, as respostas foram negativas.

Isto é, quanto à assistência técnica, o INCRA, devido ao afastamento dos últimos anos, acabou por não auxiliar. O STTR argumentou que não tem nenhum convênio com os governos para essa demanda. As lideranças afirmaram que não tiveram, mas também, não se organizaram para esse tipo de solicitação. Todos esses argumentos também são válidos quando se discutiu sobre cursos de capacitação.

No que se refere à logística de escoamento de produção, o STTR afirmou que tem a estrutura, mas não assiste o assentamento devido ao afastamento dos assentados do sindicato, ou seja, não há uma articulação institucional entre o assentamento e o sindicato. Essa falta de relações institucionais entre esses atores também acaba por afetar o acesso ao crédito, pois o sindicato tem

boas relações com o Banco do Nordeste, instituição que apoia o financiamento da produção da agricultura familiar. Contudo, tal como expôs a liderança do sindicato, os assentados não os procuram e, portanto, fica difícil articular as demandas.

Toda essa argumentação nos fez entender a dificuldade de articulação do assentamento com os programas de compras governamentais, tais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais têm por objetivo justamente assistir e ampliar a renda dos agricultores familiares. O STTR é o responsável, não exclusivo, pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), mas os assentados do Terra Bela, tal como afirmado pela liderança do sindicato, não apresentou os requisitos para aquisição do documento. Portanto, eles não conseguem vender sua produção para essas modalidades de compras governamentais.

Uma das preocupações do campo do desenvolvimento rural, escopo teórico que está balizando as análises deste estudo, é com o meio ambiente, a produção sustentável e a articulação entre as atividades agrícolas e a proteção/manutenção de reservas ambientais. Constatou-se que no assentamento Terra Bela não existem áreas de reservas e proteção ambiental; o que se viu foi uma pequena floresta, ao fundo da plantação graneleira, de difícil acesso, protegida pelo proprietário do lote.

Na verdade, como já foi mencionado, o assentamento está circundado pela agricultura empresarial e está vulnerável à pressão econômica. Desse modo, o foco está na sobrevivência dos assentados. Contudo, a falta de articulação institucional entre os principais atores envolvidos, só amplifica essa vulnerabilidade.

Isso nos leva a uma questão relevante, qual seja: como os assentados se enxergam? Isto é, como eles se veem quanto à percepção de valores, notadamente, competição e cooperação.

Quando confrontados a essa pergunta, pôde-se perceber que, de fato, eles mais cooperam do que competem. Afinal, eles lutaram a vida toda por aquele pedaço de terra. Eles cooperam no escoamento da produção ao mercado municipal, às feiras na sede urbana, em trabalhos para mitigar os problemas da infraestrutura de estradas e transportes. É perceptível a solidariedade comunitária. O relato que se teve, é que como vivem há meio século, desde o início da ocupação, na década de 1970, muitos assentados casaram seus descendentes e, portanto, existe um sentimento de família muito forte naquelas comunidades.

Sobreleva-se que essa ótica traz a própria dimensão da territorialidade⁸ desses sujeitos. Nessa direção, segundo Diegues & Arruda (2001) territorialidade é compreendida “como noção de pertencimento a determinado território, em cujos limites se reproduzem crenças, mitos, práticas, ancestrais ou não, que reatualizam e revificam a memória coletiva”.

Contudo, destacamos que eles foram bem-sucedidos na organização da luta pela terra e de suas propriedades, porém o mesmo não se aplica à gestão e planejamento para a consolidação de uma estrutura produtiva que possa enfrentar os desafios da agricultura moderna. Isso é um grande problema, já que eles estão inseridos numa região que faz parte da nova fronteira agrícola capitalista do Brasil.

Esses elementos expressam que para além da concentração fundiária, há uma concentração de capital, que altera consideravelmente as relações de trabalho. Ademais, esse modelo agrário adotado, busca atender ao mercado mundial, logo observamos uma expansão dos gêneros valorizados por esse mercado e um declínio dos produtos que atendem ao mercado interno. Realidade que infere sobre a segurança alimentar da população e concentra as terras em grandes propriedades que venham atender a essa produção agrícola.

5 CONCLUSÃO

Embora os relatos de sentimento de solidariedade e cooperação entre os assentados tenham sido expostos anteriormente, um grande problema foi percebido e já mencionado, qual seja: a concentração fundiária. Além das evidências na visita *in loco*, o relatório feito pela equipe de supervisão aponta para esse fenômeno⁹, que, inclusive fez uma vítima no ano de 2012, o líder da Associação dos Agricultores de Terra Bela, Raimundo Alves Borges, que denunciava compra, venda e concentração de lotes. Já naquela época, novos ocupantes adentravam no assentamento a procura de terras para a sojicultura e pecuária extensiva, como relatado por agricultores antigos.

Para se entender o processo de concentração fundiária, há que se recuperar historicamente como foi sendo estruturado o respectivo assentamento. Em 1996, tomando como base o trabalho de Silva (1997), ancorado no Relatório do INCRA, foram cadastradas 290 famílias em Terra Bela, sendo 192 tituladas, em 2001, conforme o ACÓRDÃO TCU 753/2008. Contudo, a situação em 2022 estava bastante distinta. Ou seja, o total de beneficiários sob supervisão do INCRA saltou para 329 famílias, conforme o Relatório intitulado *Relação de Beneficiários Atual*.

Mas, a pesquisa de campo e o acompanhamento da equipe de Supervisão, a qual foi complementando as informações do referido relatório, encontrou a seguinte realidade que se expõe. Do total dos titulados em 2001, apenas 64 estavam regularizados, produzindo e, em sua grande maioria, vivendo nos respectivos lotes. O restante, 98 titulados não foram localizados, muitos evadidos e alguns irregulares. Desses dois últimos, foi identificado que haviam vendido seus lotes para terceiros, sendo que 72 estavam como ocupantes devidamente regulares e 26 irregulares, devido a situação de evadidos e irregulares dos lotes titulados.

Mas, o que chamou a atenção, tanto na pesquisa de campo, como lendo o relatório da equipe de supervisão, foi que o total de 329 famílias cadastradas era ilusório, pois dos nomes que constavam na relação, muitos eram de ocupantes que adquiriram os lotes dos titulados e que transferiram para outros ocupantes, numa cadeia de compra e venda, típica de mercados de terras regulares.

A equipe de supervisão identificou também que alguns beneficiários ocupavam mais de um lote, alguns chegando a três e quatro lotes. As evidências estão nas entrevistas, em que ocupantes regulares reivindicavam a regularização de outros lotes, que eles haviam ocupado, constando no Relatório evasões ou dos titulados ou de outros ocupantes.

Como foi visto, as culturas de exportação estão substituindo as culturas de mercado interno e a policultura está sendo substituída pela monocultura, estimuladas pela concentração fundiária.

Em suma, os desafios socioeconômicos do Assentamento Terra Bela, em direção à trajetória do desenvolvimento rural, voltado para pluriatividade, produção agroindustrial com preservação ambiental, expansão do emprego e renda por meio do contínuo investimento de tecnologias modernas e poupadora de recursos naturais, estão cada vez mais distantes daquela realidade.

Portanto, a articulação institucional assentamento-INCRA-STTR é de fundamental importância para a sobrevivência do assentamento Terra Bela. Mesmo que o referido assentamento venha a se especializar no setor graneleiro (soja, milho etc.), que o faça preservando as propriedades e que sua inserção seja soberana – decidida pelos assentados –, além de buscarem também um conjunto de atividades que possam incrementar suas rendas. A realidade que se mostrou nessa pesquisa de campo, é que o assentamento Terra Bela sobreviveu e, apesar de tudo, subsiste; mas seu futuro depende do esforço de cada assentado e seus familiares para existir de forma plena, em que pesem o envelhecimento, a baixa escolaridade e a fuga dos jovens para a cidade.

Com efeito, a estratégia de desenvolvimento do Assentamento Terra Bela passa pela reorganização institucional com o STTR, com a cobrança de mais assistência do INCRA; mas, acima de tudo, de uma reorganização interna que possa dar suporte ao desenvolvimento das atividades agrícolas e não-agrícolas, visando à autonomia total e inserção polivalente do assentamento em relação ao perfil produtivo do município e região. O desenvolvimento socioeconômico do assentamento Terra Bela depende da organização socioprodutiva dos seus assentados.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. *In*: BRAGA, C; MORELLI, G; NOBRE, V. **Territórios em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BERGAMASCO, SONIA M.P.P.; NORDER, LUÍS A.C. **O que são os assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria de Assuntos Jurídicos. Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm.

BRASIL. Presidência da República. Diário Oficial da União. Decreto N. - 8.447, DE 6 DE MAIO DE 2015. <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=07/05/2015>.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, 26/06/2015.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157 – 172, 2001.

DIEGUES, A. C. S. & ARRUDA, R. (orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, v. 19, n. 4, p. 437 - 448, 2001.

EMBRAPA. Matopiba. <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>.

FAVARETO, A. S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. (Tese de Doutorado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa. Projetos e relatórios**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOLANDA, F. M. Algumas evidências sobre a dinâmica recente da economia maranhense. **Cadernos Imesc** no 4, São Luís: Imesc/Seplan, março de 2009.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2017. www.sidra.ibge.gov.br.

_____. **Cidades**. www.cidades.ibge.gov.br. Município de Buriticupu-MA.

IMESC. DATAIMESC. <http://dataimesc.imesc.ma.gov.br>.

INCRA. Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos - <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>.

_____. **ACÓRDÃO TCU 753/2008**.

_____. Coordenação Geral de Implantação DT – DTI. SR-12-Maranhão. SIPRA. **Relatório de Informações Gerais** - 31/12/2017.

_____. Coordenação Geral de Implantação DT – DTI. SR-12-Maranhão. SIPRA. **Relação dos Beneficiários Atual** – 24/08/2022.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MESQUITA, B. A. **Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/2000**. (Tese de Doutorado). São Luís-UFMA, co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3, 2006.

_____; PAULA, R. Z. A. A dinâmica recente, impacto social e perspectivas da economia do estado do Maranhão –1970/2008. **ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA**, 13., Fortaleza, 2008, **Anais...** Fortaleza: BNB, 2008.

_____; PAULA, R. Z. A.; SILVA, J. R. S. Fatores propulsores da expansão recente da agricultura capitalista no Maranhão. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. **Anais...** São Luís: UFMA, 2009.

MIRANDA, E. E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. **Proposta de delimitação territorial do MATOPIBA**. Nota Técnica 1. Campinas: EMBRAPA/GITE, maio 2014.

PAULA, R. Z. A.; HOLANDA, F. M. Padrão de Acumulação e dinâmica da economia maranhense na década dos 2000. **Revista História Econômica & Economia Regional Aplicada**, vol., 6, n. 10, Juiz de Fora, UFJF, jan-jul. 2011.

_____; CASTRO, J. G.; MATOS, J. V. F.; SILVA, L. E. C. Desenvolvimento rural em assentamentos de reforma agrária no Maranhão: o caso do Terra Bela. **Texto para Discussão do ERA**. São Luís: UFMA. Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada* (ERA), n. 20, v., 12, nov. 2022. Publicação no sítio: www.eraufma.com.br.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil. *In*: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (org.). **Entre el campo y la ciudad – desafios y estrategias de la pluriactividad en el agro**. Buenos Aires: Ciccus, 2006.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

SILVA, J. R. S. **Terra Bela**: mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhão. (Dissertação de Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1997.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Ed. Hucitec; Edusp. 1991.

Notas

¹ O estudo foi financiado pelo projeto intitulado *Termo de Execução Descentralizada (TED)*, uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cujo objetivo, estimular e fortalecer o desenvolvimento socioeconômico das áreas de assentamentos de reforma agrária, fomentando a geração de emprego e renda a partir da elaboração de projetos, acompanhamento de implantação e operacionalização das agroindústrias, assessoria técnica e formativa a gestão de cooperativas.

² A descrição que se segue sobre definição de *assentamento de reforma agrária* está baseada em: Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamentos - <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>.

³ O estudo completo, consultar: PAULA, R. Z. A.; CASTRO, J. G.; MATOS, J. V. F. & SILVA, L. E. C. Desenvolvimento rural em assentamentos de reforma agrária no Maranhão: o caso do Terra Bela. In: *Texto para Discussão do ERA*. São Luís: UFMA. Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada (ERA)*, n. 20, vol., 12, nov. 2022. Publicação no sítio: www.eraufma.com.br.

⁴ A referida Lei foi sancionada pelo Presidente da República Itamar Franco em 25 de fevereiro de 1993. Compunha-se de 28 artigos e sua finalidade era regulamentar e disciplinar as disposições relativas à reforma agrária no Brasil.

⁵ Foram consultados os seguintes documentos: o Relatório ACÓRDÃO TCU 753/2008; CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR): RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA, 26/06/2015. Relatório de 31/12/2017, da Superintendência Regional Maranhão-12.

⁶ Toda a análise da história do Assentamento Terra Bela, ancorada no estudo de SILVA, J. R. S. *Terra Bela: mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhão*. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1997.

⁷ Nas décadas de 1950 e 1960, a reflexão econômica do setor rural girou em torno da reforma agrária. Na década de 1970, vinculou-se principalmente à modernização agrícola (mecanização e agroindustrialização), com o meio rural tendo como principal objetivo alimentar a população cada vez mais urbana; sem, entretanto, ponderar sobre os riscos aos seus habitantes e/ou ao meio ambiente, tal como salientado por Veiga (1991). A partir de meados da década de 1980 e início dos anos de 1990, aquela estratégia de modernização havia obtido êxito parcial, notadamente via aumento da produtividade de atividades agrícolas exportáveis. No cômputo geral, os efeitos foram heterogêneos entre as regiões brasileiras e reforçou a histórica trajetória da alta concentração fundiária, em que poucas regiões alcançaram o objetivo de desenvolvimento rural, sendo esse determinado pela agricultura empresarial de larga escala. Nessa mesma época, o tema agricultura familiar passou a ser reconhecido e estudado como elemento chave para uma reforma agrária que pudesse sustentar o abastecimento interno. Desse modo, o caminho para uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, no Brasil, passou a ser considerado (SILVA, 1999).

⁸ Adotamos aqui a noção de territorialidade como um reflexo do “vívido territorial” (ALBAGLI, 2004, p.29) e representa então a acepção do sentido simbólico de determinado território, que pode ser associada também à sua identidade cultural. Compreendendo a dimensão analítica e conceitual de territorialidade numa ótica de pertencimento (RODRIGUES, 2009).

⁹ INCRA. Coordenação Geral de Implantação DT – DTI. SR-12-Maranhão. SIPRA. Relação dos Beneficiários Atual – 24/08/2022.